

A Pressuposição no jogo polifônico e argumentativo do discurso político

Vânia Maria Lescano Guerra*
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ABSTRACT: This paper intends to present the results of an investigation on political discourse analysis that studied this discursive process through different enunciations. Our data gave evidence that political language is argumentative, specially when the aim of the speaker is to value public life and its respective procedures..

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar resultados de pesquisa sobre a análise do discurso político que estudou este processo discursivo através de diferentes enunciações. Nossos dados evidenciaram que a linguagem política é especialmente argumentativa quando o objetivo do locutor é valorizar a vida pública e respectivos procedimentos.

KEYWORDS: Politic Discourse; Applied Linguistics; Poliphony.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso Político; Lingüística Aplicada; Polifonia.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Nosso artigo tem por objetivo a análise de um *corpus* constituído por um texto escrito, intitulado “Trabalho e Seriedade”, retirado de uma seção do jornal “A Folha de São Paulo”, Tendências / Debates, e

* Professora de Lingüística e de Língua Portuguesa da graduação e pós-graduação de Letras na UFMS com mestrado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: guerra@next.com.br.

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

que tem por meta publicar opiniões sobre problemas brasileiros e mundiais.

A *tipologia* utilizada para caracterizar esse texto baseia-se em Maingueneau (1991) que distingue três tipos de textos, dentre os quais apenas será relevante para este estudo o seguinte:

a) textos semi-abertos: pressupõe-se que sejam encontrados na imprensa cotidiana; mesmo se o papel do contexto (lingüístico) seja importante, uma boa parte das informações não são acessíveis senão se o leitor dispõe de um certo conhecimento do meio social, ocorrencial imediato.¹

Podemos caracterizar o texto em questão como um comentário político especificamente argumentativo (Orlandi, 1992) escrito por um empresário político em uma seção jornalística que atinge um público geral, isto é, leitores de níveis intelectuais diferentes. É importante destacar que o texto refere-se à situação do Brasil em relação aos seus representantes políticos.

Nossa pesquisa terá como orientação teórica a Semântica Argumentativa, tendo como suporte os estudos desenvolvidos por Ducrot (1987), no que diz respeito ao *fenômeno da polifonia*. A partir das relações entre o locutor, alocutário e delocutário bem como as ocorrências de vários enunciadores, é necessário tecer algumas considerações com base na tipologia descrita.

A preocupação deste estudo também será a de mostrar como construímos lingüisticamente a argumentação no texto, tomando como ponto de partida as perspectivas de diferentes enunciações, e como o autor, ao proceder à organização textual desse discurso, faz prevalecer a orientação no sentido de determinada conclusão.

Temos algumas questões que estaremos respondendo: como está construída a estrutura argumentativa do texto? Ou ainda: como se pode definir o ato perlocucionário derivado dessa argumentação?

¹ Tal abertura para o Universo extradiscursivo torna esses enunciados dificilmente independentes de seu contexto (situação extralingüística) de enunciação.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Procedendo ao estudo do *corpus*, é conveniente, nesta etapa, examinarmos alguns conceitos básicos referentes à organização da estrutura argumentativa do texto. Com esta finalidade, mobilizaremos os conceitos de **argumentação** e **polifonia** através da **pressuposição**.

Ducrot (idem), em sua teoria da argumentação, conclui que tal atividade deixa marcas lingüísticas no enunciado. Através do estudo de algumas dessas marcas (os operadores argumentativos), o autor formula na sua teoria a noção *de orientação argumentativa*. Ela representaria uma função constitutiva do discurso deste tipo, isto é, de levar o interlocutor a uma determinada conclusão, ou até mesmo a uma mudança de comportamento ou posicionamento em relação à uma opinião.

O ato de argumentar, “*de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões*” (Koch, 1987:19) constitui o ato lingüístico básico, subjacente a todos os outros. E o conceito de argumentação está intimamente ligado aos atos perlocucionários, pois, segundo os estudos de Austin (1990) e Searle (1972), eles dizem respeito aos efeitos visados pelo uso da linguagem, entre os quais os de persuadir e convencer (Koch, op. cit.:20).

Assim sendo, ao mencionarmos argumentação, devemos levar em consideração que, a partir do estudo prospectivo do *corpus* em pauta, o mesmo será caracterizado como um discurso argumentativo. Em outras palavras, o locutor do texto terá como meta convencer seus abcutários, conduzindo-os a certa conclusão, e para tal, utiliza-se de meios que serão tratados ao longo da análise dos dados. Também veremos que a trama argumentativa toma forma, principalmente, através da manifestação do fenômeno da pressuposição no jogo polifônico.

POLIFONIA

A teoria da polifonia, desenvolvida por Ducrot (1987), constituiu uma atitude de contestação ao postulado da unicidade do sujeito falante incorporado pela chamada “lingüística moderna”.

No entanto, foi Bakhtin (1929) o primeiro estudioso a elaborar o conceito de polifonia dentro da literatura em que

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

há toda uma categoria de textos, e notadamente de textos literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras (p. 48).

Em relação a essa teoria, Ducrot aponta, em suas reflexões, que há uma visão dos textos como um todo, e que tal teoria não chega a analisar os enunciados específicos que compõem esses textos literários. O lingüista critica e até mesmo substitui o postulado da unicidade do sujeito falante. Para ele, o sujeito não é um ser uno (responsável por todos os pontos de vista que expressa ou pelos atos de fala que deixa transparecer em seu discurso).

Segundo Ducrot, é constitutivo do sujeito (ou locutor) estar em relação constante com um *outro* do discurso. Tal sujeito faz referência a este *outro* expressando sua ótica, dentro de uma enunciação, que pode ou não ser compatível com a sua (do sujeito). O *outro* expresso no discurso estaria se referindo a uma perspectiva ou postura de um ou mais enunciadore, segundo nomenclatura adotada por ele.

Sendo assim, a distinção que se faz entre locutor e enunciador é de origem pragmática e semântica como veremos a seguir no decorrer deste estudo.

POLIFONIA NO NÍVEL DO LOCUTOR

De acordo com Ducrot, o locutor (L)² é

um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado (Op.Cit, p. 198).

Semanticamente, o locutor é designado por EU, mas pode ser diferente do autor empírico/produtor de um enunciado. E um enunciado poderia apresentar mais de um locutor, dependendo da referência feita pelas marcas de primeira pessoa. O locutor, quando explícito, pode

² A figura do locutor existe no universo discursivo. Já o sujeito falante é um elemento da experiência, do mundo.

aparecer como EU ou NÓS, causando efeitos de sentido diferentes. O efeito do uso de EU pode se referir a uma tomada clara de posição.

Ao usar NÓS o locutor poderá estar fazendo uma das referências a seguir (cf. Benveniste, 1974):

- a) EU+ ELE, ou seja, em textos assinados por dois ou mais autores (co-autoria);
- b) EU/NÓS + VOCÊ(S), englobando um enunciador e um co-enunciador; e,
- c) EU + ELE, referindo-se a um enunciador mais um referente (a *não-pessoa*);³e
- d) EU, um único enunciador que usa o chamado *nós de majestade* ou *nós de autoria*.

Em muitos casos, como mostra Charaudeau (1992), as marcas de primeira pessoa desaparecem dando lugar a formas lingüísticas cuja função principal é apagar a responsabilidade ou participação do locutor com relação ao enunciado; tal apagamento pode ter dois efeitos principais: a) torna o discurso “objetivo”, já que a “subjetividade” do locutor não aparece, ao menos explicitamente; e b) torna o discurso verdadeiro, uma vez que é apresentado como certo, e portanto, relacionando-se à questão das modalidades.

Concordamos com Maingueneau (1991:111) quando afirma que “*o importante não é o NÓS [e aqui, complementamos dizendo que também não é o EU, ou ainda o ocultamento do locutor], mas as estratégias discursivas nas quais ele se engaja*”. E é uma destas estratégias — a argumentação — juntamente com os efeitos semânticos do uso ou não dos pronomes que tentaremos apreender no *corpus*

Se, por um lado, iremos buscar as marcas lingüísticas referentes aos(s) locutor(es), por outro, também estaremos interessados em observar como o alocutário aparece nos discursos em questão.

³ Para fins desta análise, trataremos este referente como delocutário, o qual como veremos no decorrer, é pessoa fundamental do discurso.

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

POLIFONIA NO NÍVEL DO ENUNCIADOR

Ainda segundo Ducrot (1987), a polifonia pode ocorrer em uma outra instância: a do enunciador. Dentro de um enunciado podem existir vários pontos de vista distintos. Cada um destes é representado por enunciadores, os quais são incorporados na enunciação do locutor.⁴

É neste imbricamento de enunciadores que se estabelece o jogo polifônico das vozes que compõem o discurso. As origens dessas vozes podem ser referidas “*ao(s) interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral*” (Koch, 1987:142).

Para mostrar a relevância do conceito de enunciador, Ducrot estuda as características lingüísticas dos fenômenos *da ironia, da negação, da pressuposição*, dentre outros. Neste trabalho, desenvolveremos o percurso de pesquisa e reflexão sobre o conceito de **pressuposição**, marca lingüística que levou ao conceito de *polifonia* propriamente dito.

É necessário lembrar que estaremos identificando os enunciadores cujas vozes se fazem reconhecer nos diversos enunciados, o fio argumenativo específico, na tentativa de mostrar como as estratégias argumentativas são usadas quando os locutores fazem ouvir os enunciadores de que se utilizam.

A INSTÂNCIA DO REFERENTE

Benveniste (1974) desenvolveu sua teoria centrando-se na questão da subjetividade na linguagem. Partiu de um enquadramento que levava em conta a relação entre um EU e um TU, sendo que este EU era apresentado como um sujeito uno e homogêneo, carregando em si a responsabilidade pela enunciação. Para o autor, o referente da interlocução é designado por um ELE, caracterizado como uma não-pessoa, já que é excluído da enunciação.

Em oposição a Benveniste, Parret (1986) define um *triângulo de referência dêitica* composto por tempo, espaço e pessoa. Para ele, a categoria de pessoa também é tripartida, englobando o EU, o TU e o

⁴ Ao utilizar a voz de um determinado enunciador, o locutor está, de certa forma, valorizando a posição de um outro, mesmo que o propósito argumentativo seja desmerecer tal posição.

ELE. A partir desta ótica, o ELE deixa de ser a *não-pessoa* para se incluir no discurso enquanto pessoa. Refletindo sobre isto, Brandão (1991 e 1998) acrescenta, na sua análise, a instância do referente ou delocutário, afirmando que “o *ELE é pessoa e, mais do que isso, exerce o papel de locutor, podendo nomear-se EU*”.

A PRESSUPOSIÇÃO

Em 1969, Ducrot formula sua primeira teoria semântica, considerando que o enunciado produzido por um locutor pode ser desdobrado em dois *atos ilocutórios*: ato de asserção, ou outro (**posto**) e ato de pressuposição (**pressuposto**). Sendo que o posto corresponde ao que está dito no enunciado, de exclusiva competência do locutor que, através dele, garante a realização do discurso: as novas informações se encadeiam e o faz progredir. Já o pressuposto possibilita ao locutor dizer implicitamente algo, recorrendo ao interlocutor para, juntos, interpretarem o que foi dito.

Em 1987, o linguísta reformula tal descrição de pressuposição, entendendo-a como um ato de fala que pode aparecer no nível do enunciado e até mesmo sob a forma de subentendido. Com a teoria da polifonia (formulada pela primeira vez em 1980), Ducrot provoca mudanças no conceito de pressuposição quando afirma que o locutor é aquele que produz as palavras no momento da enunciação e por ela se responsabiliza e coincide quase sempre com o falante do discurso (EU).⁵ Já em 1984, depois de explicitar a fragmentação da figura do locutor [L]⁶ e [L 1]⁷, reformula a noção de enunciador.

A partir daí, as vozes veiculadas através da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para se identificar com os mesmos ou para opor-lhes. Tais vozes não são explicitadas e decorrem da imagem que delas oferece a enunciação produzida por [L]. E, fi-

⁵ No entanto, nem sempre é o autor empírico do discurso, pois pode incorporar à sua fala, fala de outros locutores. Antes, dois enunciados simples, ao serem ligados entre si por um operador argumentativo, constituíam um enunciado complexo atribuído a um locutor único. A partir da polifonia, esse enunciado complexo mostra que o locutor abriga no seu interior dois enunciados de dois enunciadores diferentes.

⁶ Locutor enquanto ser responsável pela enunciação.

⁷ Locutor enquanto ser do mundo.

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

nalmente, o estudioso consegue explicar melhor sua concepção de pressuposição: posto e pressuposto ficam a cargo de dois enunciadores [E 1] e [E 2].

Dessa forma, [L] identifica-se com [E] e realiza um ato de afirmação, enquanto que [E 1] identifica-se à opinião pública, junto à qual [L 1] se encontra e formula o pressuposto, por ele se responsabilizando. Nessa formulação o conceito de pressuposto ganha uma dimensão discursiva (antes não existente) e é isto que utilizaremos na análise do *corpus*.

DISCUSSÃO DOS DADOS

Na exposição teórica que foi realizada, explicitamos uma intenção de caracterizar a estrutura argumentativa do texto, decompondo-a segundo algumas categorias: *a polifonia associada ao uso de pronomes e à pressuposição*. A partir disso, como estas categorias contribuem para a identificação da orientação argumentativa do texto?

O texto em pauta (anexo) foi publicado em 8 de dezembro de 1993, seu autor é José Eduardo de Andrade Vieira, de 54 anos, um empresário e também Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo e Senador da República pelo PTB do Estado do Paraná. O tema refere-se à conduta dos políticos brasileiros e às situações negativas por que passa o país.

Dentro do estudo da argumentação do texto, podemos salientar as seguintes características gerais: no parágrafo 1 a apresentação de resultados de pesquisa do IBOPE a respeito do estado da política brasileira introduz o tema sobre o qual é pautado todo esse discurso. E ao mesmo tempo é construída a argumentação, através de um operador argumentativo de comparação, que irá nortear a opinião do autor:

DE UM LADO ⁸	DE OUTRO LADO
“(...) pesquisa do IBOPE evidencia o estado de paralisia a que estão submetidas as instituições neste país”	“ Mais do que perplexos, indignados, estamos catatônicos, paralíticos, incapazes de um movimento qualquer para a frente”.
CLASSE POLÍTICA	SOCIEDADE BRASILEIRA

MAIS DO QUE

(marca lingüística: operador de comparação)

A comparação do parágrafo inicia o encadeamento do discurso no sentido de constatar uma situação política negativa existente no Brasil. Podemos observar que o comparativo de superioridade é argumentativamente favorável à sociedade brasileira e desfavorável à classe política.

No parágrafo, 2 é possível observar a mesma orientação argumentativa do parágrafo inicial, em que o locutor utiliza o operador ANTES DE para estabelecer uma hierarquia nos elementos evidenciados, asserçando a necessidade da sociedade brasileira refletir sobre as causas dessa situação constrangedora do país:

“ Antes de reiniciarmos a marcha para a construção da democracia desejada”	“é preciso meditarmos sobre as causas e conseqüências de tal paralisia...”
---	--

ANTES DE

(marca lingüística: operador argumentativo)

Já no parágrafo 3, é importante notar a presença do operador MAS TAMBÉM que tem a função de reunir argumentos de mesma força argumentativa numa mesma escala; o locutor constitui a sua enunciação, polifonicamente, representando dois enunciadores:

⁸ A relação *De um lado* e *De outro lado*, neste trabalho, não constitui oposição e sim duas perspectivas, segundo os enunciadores/vozes apontados no parágrafo.

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

“A fragmentação partidária é um subproduto da ausência de lideranças políticas autênticas e fortes no Brasil”	“ mas também , um combustível que alimenta a fogueira, na qual eventuais lideranças nascentes são imoladas”.
---	---

MAS TAMBÉM

(marca lingüística: operador encadeador da soma)

Através de MAS TAMBÉM, a ação representada do locutor coloca como constitutivo deste recorte tanto a argumentação anterior do texto contra a fragmentação partidária, causa do caos político brasileiro, e a ausência de bons políticos, quanto a perspectiva do outro enunciador que também é representada com esta mesma orientação argumentativa.

O parágrafo 4 inicia-se com um dado estatístico em que há a informação sobre a opinião pública brasileira. Em outros termos, está sendo expresso aqui *que todos querem um presidente forte* e **NO ENTANTO...AINDA** *a sociedade brasileira não está em condições de escolher adequadamente suas lideranças políticas*.

Este operador argumentativo constrói a idéia de que existe uma conclusão **r** (=necessidade de lideranças fortes) que temos clara na mente e que pode ser facilmente encontrada pelo alocutário, mas que é sugerida por **p** e não confirmada por **q**. Isto é, que **p** e **q** apresentam orientações argumentativas opostas em relação a **r** e que a força de **q** contrária a **r** é maior que a força de **p** a seu favor. O que faz com que possamos afirmar que, apesar de *ser vital para o país a necessidade de boas lideranças (p)*, *a sociedade brasileira ainda é incapaz de se livrar da mentalidade colonialista e paternalista dos regimes anteriores (q)*:

“(...) 67% dos brasileiros manifestam esperança na eleição de um presidente forte, que governe sozinho”.	“ No entanto , é trágico verificar que, sua a sociedade brasileira lamenta a orfandade e ainda não se sente em condições de caminhar sozinha”.
OPINIAO PÚBLICA	OPINIAO DO AUTOR

NO ENTANTO...AINDA

(marca lingüística: operador de oposição)

VÂNIA MARIA LESCANO GUERRA

É introduzido no discurso, no parágrafo 5, o operador argumentativo NO ENTANTO que articula idéias opostas numa referência à opinião pública:

<p><i>“A maioria dos analistas da pesquisa percebeu a manifestação majoritária de uma certa nostalgia do regime autoritário tecnocrático-militar.”</i></p>	<p><i>“No entanto, os índices da pesquisa revelam mais do que isso: demonstram a incapacidade de nossas elites políticas na elaboração da fórmula política”.</i></p>
<p>OPINIAO PÚBLICA</p>	<p>OPINIAO DO AUTOR</p>

NO ENTANTO

(marca lingüística: operador de oposição)

Tanto nesse parágrafo quanto no anterior, verificamos duas orientações argumentativas opostas: a vontade da sociedade brasileira de voltar ao regime político do passado (orientação **p**) e a incapacidade política da sociedade brasileira para isso (orientação **q**). Nesse caso é pertinente observar a estratégia de relação utilizada pelo preenchimento do enunciador que tem, acaba por ter, como efeito de sentido mais amplo, a predominância da perspectiva que se nega pela força de orientação argumentativa de NO ENTANTO.

A questão do parágrafo 6 é em relação à *justiça e à impunidade no Brasil*. Para isso, é utilizado o operador argumentativo MAS SÓ, num encadeamento dos elementos que parecem justificar a real descrença do povo nos políticos, de modo geral:

<p><i>“O índice mais destacado na divulgação da pesquisa foi aquele no qual se constata a descrença da população brasileira em relação à Justiça... a impunidade é a mais grave doença ...em todos os tempos.”</i></p>	<p><i>“...mas só hoje revelados em todas as extensões de seus sintomas.”</i></p>
<p>OPINIAO PÚBLICA</p>	<p>OPINIAO DO AUTOR</p>

MAS SÓ

(marca lingüística: operador de oposição)

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

Esse encadeamento expresso por MAS SÓ é uma tentativa de conduzir o alocutário à mesma conclusão do autor, imprimindo força ao segundo segmento (*a impunidade sempre existiu*). Isto é, do ponto de vista da semântica da enunciação, a escala argumentativa X(A) *mas só* Y(B), A é o argumento a favor de r e B argumento a favor de ~r, portanto A *mas só* B é argumento para ~r. Tal orientação argumentativa explica o fato de que o texto progride levando em conta a direção indicada por B (*a impunidade hoje é um fato que todos conhecem*)

Podemos observar no parágrafo 7 um certo suspense em relação à *solução dos problemas brasileiros*; o autor utiliza o operador PARA ISSO que orienta para uma conclusão que está intimamente ligada ao argumento apresentando no enunciado anterior:

<p>“O diagnóstico, neste caso, é inevitável...não dá mais para adiar a tomada coletiva de consciência da extensão e da gravidade do mal...”</p>	<p>“... para isso deve-se levar em conta um conceito fundamental, sem o qual nenhuma terapia se provará eficaz.”</p>
---	---

PARA ISSO

(marca lingüística: operador conclusivo)

Observamos a necessidade (*deve-se*) de se argumentar no sentido de conduzir o alocutário à mesma conclusão do autor do texto, deixando transparecer que só há uma saída para a crise política; porém isto não está explicitado nesse parágrafo ainda; aguarda-se o parágrafo seguinte para o desenrolar da idéia.

No parágrafo 8, quando o autor diz expressar a opinião da população brasileira, há a única avaliação do texto, na primeira pessoa do singular (*Eu diria que é muito pouco*), que vem evidenciar a necessidade de orientação argumentativa para esta conclusão particular, pessoal para que se venha *exigir seriedade dentro da classe política*, da qual o autor também faz parte.

Tal encadeamento é feito através de construções cristalizadas como “*tem-se como certo*”, “*o que se deseja é que eles cumpram seu dever*” que, como estratégia argumentativa lança mão de vocabulário grandiloqüente dos discursos populistas que apela emocionalmente às noções abstratas de país e de interesse público. A saber: “*O que se deseja dos estadistas no Brasil é que eles cumpram seu dever de repre-*

VÂNIA MARIA LESCANO GUERRA

sentar e administrar os interesses coletivos, trabalhando mais e sendo mais sérios”.

Finalmente, no parágrafo 9 é articulada uma distinção entre “seriedade” e “honestidade” (condizente com o título do artigo) em que podemos esquematizar:

HONESTIDADE	SERIEDADE
“(…) <i>é possível ser honesto sem ser sério... honestidade implica o cumprimento rigoroso das regras sociais</i> ”.	“(…) <i>é impossível ser sério sem ser honesto... seriedade vai além, pois exige responsabilidade absoluta em relação aos interesses e aos destinos da coletividade</i> ”.
+ que HONESTIDADE	SERIEDADE

VAI ALÉM

(marcador lingüístico: operador da comparação)

Verificamos a intenção do autor de levar o alocutário à inferência de que é preciso que os políticos sejam sérios (não apenas honestos) para que haja boa administração da coisa pública e daí a *democracia desejada*.

Ainda nesse último parágrafo, o autor retoma a referência à pesquisa do IBOPE e se dirige aos leitores de tal pesquisa, numa tentativa de argumentar junto com eles, no sentido de que, com a autoridade que têm esses índices estatísticos, *é preciso trabalho e seriedade política*; e tal orientação permeia o presente discurso político:

“Os bons leitores de dados da pesquisa do IBOPE dirão que a receita ideal para o gerente capaz de tirar o Brasil da crise tem como dois ingredientes principais o trabalho e a seriedade.”

Esquemmatizando:



OPINIÃO DOS ANALISTAS POLÍTICOS = OPINIÃO DO AUTOR =
OPINIÃO DO POVO => DEMOCRACIA DESEJADA

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

O MOVIMENTO POLIFÔNICO DA ENUNCIACÃO

Para prosseguirmos com este estudo, é essencial buscar no texto o locutor e os enunciadores que o compõem. O movimento polifônico converge para a presença de um único locutor [L 1], o empresário/político e autor do texto em questão. Durante o processo de construção do texto, L 1 incorpora uma série de vozes (enunciadores) que equivalem a diferentes representações que o mesmo faz do tema a ser analisado. A seguir, as diversas ocorrências enunciativas serão identificadas com base na própria estrutura do texto e na divisão dos seus parágrafos⁹:

a) parágrafo 1:

L 1 - E 1 : “A pesquisa do IBOPE a respeito do descrédito provocado na sociedade sobre os políticos evidencia o estado de paralisia a que estão submetidas as instituições neste país”.

E 1 é a voz do empresário/político enquanto conhecedor do tema em pauta, contextualizando-o. Assume um tom didático ao expor seu conhecimento sobre o assunto, utilizando o verbo EVIDENCIA e a autoridade da pesquisa do IBOPE para fazer sua asserção; constituindo, assim, uma espécie de raciocínio experimental em que se parte do fato de que “X disse P” com base na suposição de que X, de acordo com sua situação ou competência, tem boas razões para não estar enganado, conclui-se a verdade de P.

O fundamento desse raciocínio é uma espécie de implicação entre a proposição segundo a qual X assevera que P é a própria proposição P. Em outras palavras, é a premissa de raciocínio por autoridade que possui a asserção de que a situação política do Brasil é negativa, através dos citados resultados estatísticos.

L 1- E 2: “Mais do que perplexos ou indignados, estamos catatônicos, paralíticos, incapazes de um movimento qualquer para a frente.”

⁹ Os enunciadores mobilizados, através dos parágrafos, serão comentados pela ordem de aparecimento no discurso político; como a análise não pretende ser exaustiva, alguns, apenas, servirão como exemplos.

Identificamos E 2 que representaria uma possível voz (através da comparação) que poderia estar de acordo com E 1 no sentido de explicitar um enunciado anterior. Argumentativamente, o efeito de sentido obtido é o de que L1 procura garantir uma ausência de mal entendidos.

b) parágrafo 2:

L 1 - E 2: “*Antes de reiniciarmos a marcha para a construção da democracia desejada pelo povo brasileiro, é preciso meditar, profundamente, sobre causas e conseqüências de tal paralisia*”.

E 2 apresenta, através de ANTES DE, uma voz que, para fazer o encadeamento discursivo (democracia desejada), alerta para a necessidade da reflexão antes da ação, novamente com intenções de antecipar equívocos, desta vez com enunciados metalingüísticos.

L 1 - E 1: “*Seu motivo mais evidente parece ser a falta de unidade, a dispersão dos objetivos, fenômeno causado pela fragmentação da vontade política e de seus canais de expressão, os partidos e grupos*”.

c) parágrafo 3:

L 1 - E 1: “*Torna-se evidentemente, muito complicado... um caminho*”.

L 1 - E 2: “*...uma via qualquer para sair da crise*”.

L 1 - E 3: “*...se cada grupo aponta para um rumo diferente, cada um pensando apenas em seus próprios interesses sem que nenhum deles se interesse, verdadeiramente, por encontrar a melhor estrada para o bem comum*”.

A voz de L 1 deixa de apresentar certa didaticidade, para dar lugar a um tom restritivo (marcado lingüisticamente por SEM e SE), o qual se posiciona defensivamente a uma possível refutação de algum alocutário. A proposição introduzida aqui por SE no chamado “paradoxo condicional”, em que não há conexão real entre o antecedente e o conseqüente, consiste num modo enfático de se negar o antecedente cuja asserção é obviamente falsa. Essa asserção é atribuída a um enunciador (E 3) diferente do locutor (L 1). Seria assim: *Se (como dizem por aí) todos os brasileiros só pensam nos próprios interesses e bens, é evidente que não se encontrará o melhor caminho para o bem comum.*

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

L 1 - E 1: “A fragmentação partidária...é um subproduto da ausência de lideranças políticas autênticas e fortes no Brasil”.

L 1 - E 2: “...mas também, um combustível que alimenta a fogueira, na qual eventuais lideranças nascentes são imoladas”.

d) parágrafo 4:

L 1 - E 1: “Quando 67% dos brasileiros...de um presidente forte, que governe sozinho”.

L 1 - E 3: “...sem as limitações impostas pela divisão dos poderes...”

L 1 - E 1: “...a evidência da orfandade...se torna dramática e urgente”.

L 1 - E 4: “Não se trata propriamente de uma novidade, pois a natureza paternalista do Estado brasileiro tem uma árvore genealógica com raízes fincadas no colonialismo”.

Identificamos E 4 que representaria uma possível voz que poderia estar em desacordo com E 1, no sentido de apresentar uma idéia de que tudo o que o locutor disse antes se daria em um certo nível. A partir do uso do NÃO, E 1 pode, então, refutar este E 4 potencial, reiterando a posição que defenderá. Isso se caracteriza, no discurso, como um mecanismo argumentativo recorrente, também observado em outros exemplos:

L 1 - E 4: “No entanto, é trágico verificar que...a sociedade brasileira não se sente em condições de caminhar sozinha, com as próprias pernas”.

e) parágrafo 5:

L 1 - E 1: “A maioria dos analistas...percebeu...adesão à fujimorização”.

L 1 - E 4: “No entanto, os índices da pesquisa revelam...incapacidade de nossas elites políticas na elaboração da fórmula política”.

L 1 - E 2: “...que não é mágica...mínimo senso de organização coletiva”.

L 1 - E 5: “Chega de oportunismo. Chega de individualismo. A hora é de congregar, de somar”.

E 5, apresentado através de imperativos, representaria uma voz que aparece no interior do discurso político com características do raciocínio por autoridade. Isto é, a utilização destes imperativos constitui um forte chamamento, conclamando o público leitor à conscientização

de que é necessário mudar posturas para se chegar à *democracia desejada*. Esta orientação discursiva surge como que para persuadir o público do jornal em relação às intenções *honestas e sérias* do autor do artigo.

L 1 - E 4: “Não é tempo de exigir, mas de ceder”.

f) parágrafo 6:

L 1 - E 1: “O índice mais destacado...descrença... punição penal.”

L 1 - E 2: “A impunidade...doença institucional ...em todos os tempos”.

L 1 - E 4: “...mas só hoje reveladas em todas as extensões de seus sintomas”.

É possível verificar o aparecimento dos três enunciadores, numa progressão argumentativa específica que tem por meta reforçar a idéia de que a falta de impunidade no Brasil é algo notório e abrangente.

g) parágrafo 7:

L 1 - E 1: “*O diagnóstico, neste caso, é inevitável...*”

L 1 - E 4: “*...mas dolorido. Não dá mais para adiar...gravidade do mal*”

L 1 - E 2: “*...sob pena de ele, que já é crônico, se tornar fatal*”.

L 1 - E 1: “*Para isso, deve-se levar em conta um conceito fundamental*”.

L 1 - E 3: “*...sem o qual nenhuma terapia se provará eficaz*”.

A mobilização desses enunciadores cria uma expectativa de que alguma coisa tem que ser feita para reverter o caos que se instalou na vida pública do país.

h) parágrafo 8:

L 1 - E 1: “*Tem-se como certo que...mais honestidade...coisa pública*”.

L 1 - E 6: “*Eu diria que é muito pouco*”.

E 6 representaria, numa única ocorrência em primeira pessoa do singular, EU, a voz individualizada. Em outros termos, o locutor parece não ter a intenção do caráter subjetivo de seu discurso, que permeou todo o texto jornalístico até então. Esta instância da subjetividade possui marcação própria, em que deixa transparecer a autoridade da pessoa

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

(político ou empresário) que opina e avalia, através de um comprometimento e uma responsabilidade maior com o seu enunciado.

Essa opinião, de teor avaliativo, apresenta coerência com toda a orientação discursivo/argumentativa do texto: a de que é *preciso exigir, além de honestidade, também seriedade e trabalho dos políticos e do povo brasileiro.*

L 1 - E 1: “O leitor mais atento...trabalhando e sendo mais sérios”.

i) parágrafo 9:

L 1 - E 3: “Alguns podem confundir seriedade com honestidade”.

L 1 - E 4: “Mas é possível ser honesto sem ser sério...”

L 1 - E 2: “A honestidade implica o cumprimento...das regras sociais”.

L 1 - E 3: “A seriedade vai além... responsabilidade...coletividade”.

L 1 - E 1: “Os bons leitores de dados da pesquisa do IBOPE dirão...”

L 1 - E 3: “...sem medo de errar...”

L 1 - E 1: “...que a receita ideal para o gerente capaz de tirar o Brasil da crise tem como dois ingredientes principais o trabalho e a seriedade”.

Ao observarmos a análise exposta, podemos afirmar que E 1 é a voz predominante no texto. Como foi mostrado, E 1 enuncia a partir de uma argumentação didática e autoritária, no bojo do movimento polifônico (Ducrot, 1987). Sabemos que o discurso didático pretende ser científico e que sua retórica busca um anonimato discursivo universal, lógico e objetivo; assim, encontramos no texto, ainda, estratégias de ocultamento do sujeito da enunciação, nessa tentativa de busca da autoridade da ciência.

Com base em Charaudeau (1992), podemos dizer que o sujeito da enunciação não está explicitamente presente apenas através de marcas de primeira pessoa do plural, NÓS, mas também se encontra oculto e a argumentação por autoridade também se justifica quando E 1 utiliza o argumento de prestígio, *o da pesquisa do IBOPE*, num procedimento retórico abusivo na maioria dos parágrafos analisados, como se as autoridades invocadas fossem infalíveis e não pudessem ser contestadas.

Os demais enunciadores, as outras vozes que falam de perspectivas diferentes, com os quais o locutor se identifica ou não, podem ser

observados ao longo do discurso. Eis uma esquematização possível dessas vozes:

L 1 - E 1: empresário/político e autor do texto. Representa a voz da ciência (estatística/política);

L 1 - E 2: classe política e empresarial. Voz que se identifica com E 1 e produz uma metalinguagem com orações explicativas, prevenindo possíveis mal-entendidos;

L 1 - E 3: o povo. Representa uma voz que também se identifica com E 1, porém produz enunciados que restringem o discurso, prevenindo prováveis refutações;

L 1 - E 4: adversários políticos. É a voz que não se identifica com E 1 e produz enunciados com negativas e oposições;

L 1 - E 5: companheiros de luta (brasileiros). Representa a voz do companheirismo que incita o alocutário através de imperativos e produz enunciados com chamamentos; e

L 1 - E 6: indivíduo/líder. Representa o subjetivismo como forma de argumentação por autoridade (voz avaliativa), o ponto de vista pessoal, ocorre uma única vez em primeira pessoa e se identifica com E 1.

AS MARCAS PRONOMINAIS

Dentro da organização textual, existe ainda a questão dos pronomes que se relaciona com a distinção dos participantes do enunciado. Duas marcas pronominais se evidenciam no texto: EU e NÓS.

Parágrafo 1: “...(nós) estamos catatônicos, paralíticos”;

Parágrafo 2: “Antes de (nós) reiniciaremos a marcha da democracia...”;

“é preciso (nós) meditarmos”;

Parágrafo 5: “...a incapacidade de **nossas** elites...”;

Parágrafo 7: “**Eu** diria que é muito pouco”.

O NÓS neste texto refere-se a um enunciador mais um referente, causando efeitos de sentido diferentes (EU+ELE). EU seria representado pelo empresário/político e ELE refere-se ao povo brasileiro, em que

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

ambos (político/empresário e povo/companheiros) assumem a perspectiva de E 5 que chama e comanda, de E 2 que explica e de E 3 que acata o enunciado de E 1, concordando com ele no sentido de que *é preciso tomar consciência da grave situação política brasileira*.

Já o único EU que aparece no texto, corresponderia a E 6, que representa a autoridade do indivíduo que lutou para conseguir ser empresário e político e impõem uma visão avaliativa pessoal. No exemplo do parágrafo 7, notamos que, numa estratégia de cunho argumentativo, L 1 constrói um processo de valorização de si mesmo, pois ao se mostrar em primeira pessoa do singular, ele se apresenta como indivíduo que passou por situações para poder analisar e comentar fatos políticos. Ao utilizar EU, L 1 explicitamente marca a sua posição atual de autoridade conferida pelo seu cargo e ministro de Estado. A partir daí, ele passa a falar de um lugar discursivo que avalia, além de representar a liderança política em questão.

Verificamos, ainda, que E 3 e E 4 são identificados, não só pelo uso dos pronomes, mas também pelo uso dos próprios operadores argumentativos. No caso de E 3, a utilização de SEM e SE (condicional) e que representa o NÓS (político + povo) numa perspectiva que restringe, limitando a voz de L 1, quer para se precaver, quer para antecipar equívocos. Já no caso de E 4 existe a negação, o termo NÃO surge, assim como os operadores de oposição MAS e NO ENTANTO, mostrando a perspectiva de uma possível voz que poderia estar em desacordo com E 1, em que o que o autor diz, dá-se num nível diferente. E 1 pode, então, refutar este E 4, confirmando a postura defendida. Trata-se de uma orientação argumentativa para valorizar a fala do locutor.

A estrutura argumentativa de E 5 também é caracterizada por uma situação particular: a do uso de frases imperativas, de chamamentos. Tal perspectiva parece ser o núcleo do artigo, pois resume todas as idéias do texto:

"Chega de oportunismo. Chega de individualismo: a hora é de congregar, de somar..."(parágrafo 5).

Com a voz de E 5, L 1 procura fazer uma *“tomada coletiva de consciência da extensão e da gravidade do mal”* a que os brasileiros (povo e políticos) estão expostos; alerta para a importância do *trabalho e da seriedade* na administração dos interesses coletivos, evitando,

dessa forma, “*a paralisia, mal crônico, fatal para a marcha da construção da democracia desejada*”.

Além dos operadores argumentativos e dos pronomes, comprovaremos, a seguir, a existência das vozes distintas do texto, através, também, dos elementos de pressuposição.

A PRESSUPOSIÇÃO E SUAS MARCAS LINGÜÍSTICAS

A partir do exame do locutor e de seus enunciadores, através dos recortes de suas vozes, procuraremos mostrar como a pressuposição é fator importante na construção do encadeamento argumentativo do texto em estudo. Para isso, é necessário decompor as diferentes vozes nos conteúdos **posto** e **pressuposto**. Exemplos:

E 1: “A maioria dos analistas da pesquisa percebeu a manifestação majoritária de uma certa nostalgia do regime autoritário tecnocrático-militar...”

Posto: A maioria da população quer a volta do regime militar.

Pressuposto: A maioria da população não está satisfeita com o atual regime político.

Enquanto o **posto** veicula o propósito de L1, aponta para a opinião de um enunciador genérico - o analista político - que faz parte do contexto político. O locutor também está inserido neste contexto, podendo assim, pronunciar-se deste lugar discursivo e, frequentemente, o faz, para dar, a seu parecer, o respaldo de um enunciador coletivo.

Na enunciação seguinte, podemos observar as marcas lingüísticas da impessoalidade:

E 1: “**O índice** mais destacado **foi** aquele no qual se constata a descrença da população em relação à Justiça: **56% dos brasileiros dizem** que os políticos são corruptos por não existir a perspectiva da punição penal”.

O autor parece não querer se responsabilizar pelo exposto e, para tal, utiliza a autoridade da pesquisa do IBOPE, índices estatísticos e fala

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

através da voz de 56% dos brasileiros que dizem que *os políticos são corruptos*. Eis sua decomposição:

Posto: A população brasileira não acredita nos seus políticos.

Pressuposto: Os políticos serão honestos se existir punição penal.

Novamente o conteúdo pressuposto remete a um enunciador coletivo E 1 que fala investido da verdade científica; é com esse enunciador que o locutor pretende ser identificado, ou seja, a superposição de L 1 e E 1 propicia a manifestação do lugar onde o conhecimento estatístico e político é gerado, pretendendo com ele ser confundido.

É importante verificar a outra voz interior desse discurso, E 2, e como ela é construída:

E 2: “Mais do que perplexos ou indignados, estamos catatônicos...”

Convém observar que E 2 se apresenta como que reiterando a posição de E 1, através de uma metalinguagem (explicações), uma opinião convergente: esclarece os enunciados de E 1.

Posto: Estamos (povo e políticos) catatônicos com a situação política do Brasil.

Pressuposto: Já estávamos perplexos e indignados antes.

A partir do conteúdo implícito, é possível dizer que E 2 é também responsável pela organização textual e argumentativa do artigo, em que elabora uma comparação entre a situação política brasileira do passado e a atual. Em outros termos, o povo já estava insatisfeito antes, e agora, muito mais do que antes, explica.

Outra voz identificada através da enunciação do locutor é E 3. A teia polifônica também é instaurada quando surge essa voz que procura limitar o dizer de E 1, talvez para se defender a uma possível refutação do alocutário.

E 3: “... se cada grupo aponta para um rumo diferente, cada um pensando apenas em seus próprios interesses e bens, sem que nenhum deles se interesse, verdadeiramente, por encontrar a melhor estrada para o bem comum...”

E 3 utiliza a proposição introduzida por SE e parece apontar para uma não conexão real entre o que foi exposto no texto e o que se segue.

Essa asserção é atribuída a E 3, mostrando a outra visão possível, num encadeamento discursivo necessário.

Posto: Se cada brasileiro só pensar em si, não encontrará o melhor caminho para o bem comum.

Pressuposto: Os brasileiros não conseguem encontrar um caminho para sair da crise política.

Através de E 3, o locutor opina no sentido de que o povo é responsável pelo destino político da nação, portanto, responsável pelo caos político atual. Esta opinião seria também a de um certo segmento da sociedade brasileira.

Uma voz que parece não defender a perspectiva de E 1 é E 4. Ela representaria uma provável voz a que E 1 se contrapõe para justificar a idéia que aplaude no texto. Trata-se de outro mecanismo da argumentação:

E 4: “Não se trata propriamente de uma novidade, pois a natureza paternalista do estado brasileiro tem uma árvore genealógica com raízes fincadas no colonialismo. No entanto, é trágico verificar que, em plena vigência da Terceira Revolução Industrial, a sociedade brasileira lamenta a orfandade e ainda não se sente em condições de caminhar sozinha ,com as próprias pernas.”

Podemos verificar que os operadores de negação e de oposição (NÃO e NO ENTANTO) aparecem no enunciado para encadear a argumentação, uma vez que todo enunciado negativo pressupõe um enunciado afirmativo de outro enunciador, no caso E 1, incorporado ao discurso de um locutor L = E 4. Em outras palavras, o locutor nega que seja novidade a mentalidade política colonialista do povo brasileiro para pressupor o enunciado afirmativo de outro enunciador que diz que “67% dos brasileiros querem um país que seja forte e sem limitações” (E 1).

Posto: O Brasil lamenta sua natureza paternalista e não consegue caminhar sozinho.

Pressuposto: O Brasil será um país forte ao se livrar da mentalidade colonialista/paternalista.

Na voz de E 5 surge um recurso gráfico para chamar a atenção do leitor em que, além de vir destacada do texto em negrito e em letras maiores, esta fala é reescrita e colocada na parte esquerda central da

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

folha, num recurso visual muito peculiar: o de ser lido novamente. É a idéia-chave de todo o discurso, como podemos conferir:

E 5: “Chega de oportunismo. Chega de individualismo: a hora é de congregar, de somar.”

Posto: O povo brasileiro deve parar com o oportunismo e o individualismo, unindo-se nos mesmos ideais.

Pressuposto: O oportunismo e o individualismo paralisa o país enquanto que a união leva a construção desejada.

A partir desses comentários, podemos afirmar que E 4 indica o ponto de vista de um segmento da opinião pública, provavelmente um grupo de adversários políticos, que surge para tentar desestabilizar o atual governo. Pressupõe a perspectiva da crença popular com que E 1 se identifica para sugerir solução para o problema político do país. Dessa forma, os implícitos do locutor organizam a argumentação contida no discurso todo. Analisando seu processo argumentativo, notamos que, em grande parte do texto, o locutor se representa através da impessoalidade, como se fosse construído pelo saber político, pelo saber popular e pelo saber dos analistas da pesquisa do IBOPE.

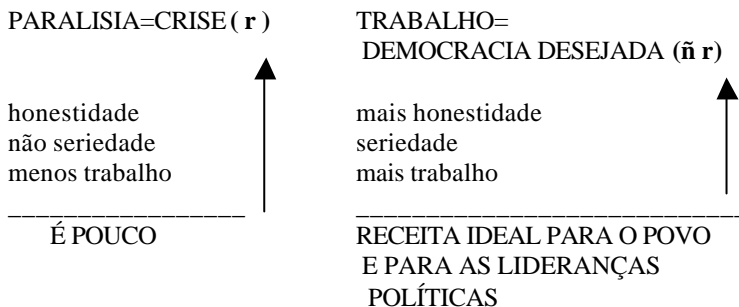
Já em E 6 encontramos uma marca muito explícita de polifonia, conforme mencionamos e que será analisada aqui através da decomposição dos conteúdos:

E 6: “Eu diria que é muito pouco”.

Posto: É pouco exigir dos políticos apenas honestidade, mas deve-se exigir seriedade e trabalho também.

Pressuposto: Os políticos não são honestos, não são sérios e não trabalham direito.

Dentro da ocorrência de E 6, a marca da subjetividade (EU) contribui para a idéia da defesa de *mudança na situação política atual* e, numa tentativa de impor a opinião, a avaliação constitui o encadeamento lógico de que *é preciso inverter a situação*, através da marca de pressuposição POUCO, conforme o esquema:



Em decorrência de tal implícito, a orientação argumentativa é favorável à conclusão ñ r; pois nela está incorporado o argumento do locutor; num certo sentido a conclusão ñ r está contida em sua argumentação, reforçando a perspectiva de que a tematização de *Trabalho e Seriedade* coloca como predominantes todos os argumentos que apontam para a conclusão: CONSTRUÇÃO = DEMOCRACIA DESEJADA.

É relevante, também, observar que o locutor, enquanto expôs as pesquisas do IBOPE, procurou confundir-se com E 1, representando-se como sujeito da ciência estatística, ao passo que, ao referir-se ao comportamento da sociedade brasileira e suas falhas, falou através de metalinguagem, do lugar de E1, embora tenha se representado por E 2. Sua argumentação ultrapassou o poder da ciência para realizar-se no âmbito do poder político, com o propósito de exortar os políticos no sentido de *agirem com seriedade*, lembrando-lhes que a atual situação é passível de críticas e portanto, não ideal.

Tal sugestão, também realizada por E 3, E 4, E 5 e E 6, sob a máscara da restrição, negação, chamamento e subjetivismo, reveste-se da força de um alerta a toda população brasileira. Usando o poder do seu cargo e o prestígio das pesquisas estatísticas e seus números, sua fala é legitimada: enquanto E 1 desliza para o poder da autoridade política que coloca o locutor do texto como “político sério e trabalhador”, portanto confiável, digno de ser liderança política para os brasileiros: formula-se a trama argumentativa do texto rumo à *construção da democracia desejada*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do *corpus*, foi possível observar como a pressuposição entrelaçada com os pronomes e os operadores argumentativos compõe a estrutura argumentativa desse discurso político, no interior do movimento polifônico.

Podemos concluir que o texto se caracteriza pelo fato de que o locutor utiliza uma estratégia de produzir um discurso que tenta apagá-lo enquanto sujeito/autor. Tal apagamento serve de fachada para abrigar uma multiplicidade de vozes que, se sobrepondo uma às outras, resulta num movimento enunciativo polifônico bastante espesso.

Dentro da argumentação, o uso dos pronomes contribui para um efeito perlocucionário de uma construção da imagem do empresário/político como pessoa séria e trabalhadora, o que valoriza ainda mais as idéias expostas no artigo.

É oportuno comentar que, com relação ainda ao ato perlocucionário, o texto mostra uma imagem positiva e bem sucedida do autor em que o próprio título é uma propaganda disso.

A justaposição do empresário/político e da sociedade brasileira, feita pelo uso do NÓS, confere uma força argumentativa a L 1, caracterizada pela autoridade do cargo político (ministro e senador).

A presença do alocutário, neste texto, é extremamente implícita. Ela dá-se, a partir do enunciador 4, o qual assume uma posição defensiva a uma possível contestação. E 4, então, marcaria indiretamente a referência ao alocutário, pessoa do discurso.

Quando o locutor permite que as vozes se materializem, estabelecendo com elas um discurso que ora confronta opiniões, ora concorda com elas, fica perceptível que essas marcas linguísticas da argumentação explícitas e implícitas revelam um discurso polêmico, mas nem por isso, menos autoritário, pois, no decorrer deste texto, verificamos amplo recurso a formas de negação e restrição.

De todo o exposto aqui, consideramos que a pressuposição exerce um papel específico em todo o discurso e, associada às marcas pronominais e aos operadores da argumentação, é um dos fatores constitutivos no sentido dos enunciados, no nível fundamental da língua, inscrito na sua própria significação. Dizer que X pressupõe Y significa dizer que a maior parte de seus enunciados pressupõe Y, engajando seu leitor

com relação a Y; embora não servindo para anunciar Y, a manutenção dos pressupostos constitui um dos fatores de coerência e de progressão do discurso.

Por fim, constatamos que as categorias da pressuposição, aliadas aos pronomes e aos operadores, no bojo do fenômeno da polifonia, parecem apontar para o fato de que se constituem em uma manobra argumentativa de grande eficácia e estão inscritas na própria língua, lugar de debate e confronto das subjetividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Tradução brasileira de SOUZA FILHO, D. M. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. *La poétique de Dostoievski*. Tradução francesa. Paris, Seuil, 1970/1929.
- BENVENISTE, E. *Problemes de Linguistique Générale II*. Paris, Gallimard 1974 .
- BRANDÃO, M. H. N. A constituição da subjetividade no discurso da propaganda . *DELTA*. (São Paulo), EDUC, v. 7, nº 2, 1991, p. 449-462.
- _____. *Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expressions*. Paris, Hachette. 1992.
- DUCROT, O. *O Dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 1987.
- MAINGUENEAU, D. *Analyse du Discours : une introduction aux lectures de l'archive*. Paris, Hachette. 1991.
- ORLANDI, E. P. *As formas do Silêncio*. Campinas, EDUNICAMP. 1992.
- PARRET, H. Tempo, Espaço e Atores: a Pragmática do desenvolvimento. *Cadernos de Estudos Lingüísticos UNICAMP* (Campinas), v. 10, 1986: p. 17-38.
- SEARLE, J. R. *Les Actes de Langage*. Paris, Hermann. 1972.

FOLHA DE S. PAULO

opinião

08 de dezembro de 1993

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Trabalho e seriedade

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA

1 A pesquisa do Ibope a respeito do descrédito provocado na sociedade sobre os políticos evidencia o estado de paralisia a que estão submetidas as instituições neste país. Mais do que perplexos ou indignados, estamos catatônicos, paralíticos, incapazes de um movimento qualquer para a frente.

2 Antes de reiniciarmos a marcha para a construção da democracia desejada pelo povo brasileiro (e por ele merecida), é preciso meditar, profundamente, sobre causas e conseqüências de tal paralisia. Seu motivo mais evidente parece ser a falta de unidade, a dispersão dos objetivos, fenômeno causado pela fragmentação da vontade política e de seus canais de expressão, os partidos e grupos.

3 Torna-se, evidentemente, muito complicado construir um caminho, uma via qualquer para sair da crise, se cada grupo aponta para um rumo diferente, cada um pensando apenas em seus próprios interesses e bens, sem que nenhum deles se interesse, verdadeiramente, por encontrar a melhor estrada para o bem comum. A fragmentação partidária, provocada pela excessiva liberalidade da legislação eleitoral, é um subproduto da ausência de lideranças políticas autênticas e fortes no Brasil, mas, também, um combustível que alimenta a fogueira, na qual eventuais lideranças nascentes são imoladas.

4 Quando 67% dos brasileiros entrevistados manifestam sua esperança na eleição de um presidente forte, que governe sozinho, sem as limitações impostas pela divisão de poderes com o Legislativo e o Judiciário, a evidência da orfandade, expressa e lamentada pela nação, se

torna dramática e urgente. Não se trata propriamente de uma novidade, pois a natureza paternalista do Estado brasileiro tem uma árvore genealógica com raízes fincadas no colonialismo. No entanto, é trágico verificar que, em plena vigência da Terceira Revolução Industrial, a sociedade brasileira lamenta a orfandade e ainda não se sente em condições de caminhar sozinha, com as próprias pernas.

5 A maioria dos analistas da pesquisa percebeu a manifestação majoritária de uma certa nostalgia do regime autoritário tecnocrático-militar e uma adesão à moda da “fujimorização”. No entanto, os índices da pesquisa revelam mais do que isso: demonstram a incapacidade de nossas elites políticas na elaboração da fórmula política, que não é mágica e terá de ser negociada, capaz de dar à nação brasileira um mínimo senso de organização coletiva. Chega de oportunismo. Chega de individualismo. A hora é de congregar, de somar. Não é tempo de exigir, mas de ceder.

6 O índice mais destacado na divulgação da pesquisa foi aquele no qual se constata a descrença da população brasileira em relação à Justiça: 56% dos brasileiros dizem que os políticos são corruptos por não existir a perspectiva da punição penal. A impunidade é provavelmente, a mais grave doença institucional sofrida no Brasil em todos os tempos, mas só hoje revelada em todas as extensões de seus sintomas.

7 O diagnóstico, neste caso, é inevitável, mas dolorido. Não dá mais para adiar a tomada coletiva de consciência da extensão e da gravidade do mal, sob pena de ele, que já é crônico, se tornar fatal. Para isso, deve-se levar em conta um conceito fundamental, sem o qual nenhuma terapia se provará eficaz.

8 Tem-se como certo que a população brasileira está a exigir de seus homens públicos mais honestidade no trato da coisa pública. Eu diria que é muito pouco. O leitor mais atento à pesquisa do Ibope chegará à conclusão mais exata de uma cobrança mais ampla. O que se deseja dos estadistas do Brasil é que eles cumpram seu dever de representar e administrar os interesses coletivos, trabalhando mais e sendo mais sérios.

Chega de individualismo: a hora é de congregar, de somar; não é tempo de exigir, mas de ceder

A PRESSUPOSIÇÃO NO JOGO POLIFÔNICO

9 Alguns podem confundir seriedade com honestidade. Mas é possível ser honesto sem ser sério, embora seja impossível ser sério sem ser honesto. A honestidade implica o cumprimento rigoroso das regras sociais. A seriedade vai além, pois exige responsabilidade absoluta em relação aos interesses e aos destinos da coletividade. Os bons leitores de dados da pesquisa do Ibope dirão, sem medo de errar, que a receita ideal para o gerente capaz de tirar o Brasil da crise tem como dois ingredientes principais o trabalho e a seriedade.

José Eduardo de Andrade Vieira, 54, empresário, é ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo e senador da República pelo PTB do Paraná.